

FUNDAMENTOS DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO PARA O ESTUDO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Data de aceite: 01/12/2023

Thais Porlan de Oliveira

Universidade Federal de Minas Gerais.
Departamento de Psicologia, Programa
de Pós Graduação em Psicologia:
Cognição e Comportamento. Instituto
Nacional de Ciência e Tecnologia sobre
Comportamento, Cognição e Ensino –
INCT - ECCE

A perspectiva da Análise do Comportamento (AC) não costuma ser lembrada como referência em temas tradicionalmente estudados pela Psicologia do Desenvolvimento, como desenvolvimento cognitivo, afetivo ou psicossocial. Os fundamentos que embasam a abordagem comportamental fornecem, entretanto, meios para que esses e outros temas sobre o desenvolvimento humano sejam compreendidos segundo os pressupostos teórico conceituais da AC. Este capítulo tem por objetivo reunir e apresentar de maneira concisa fundamentos que embasam a perspectiva da AC e que são relevantes para a compreensão do desenvolvimento humano. São abordadas

as diferenças na compreensão da AC sobre algumas variáveis relevantes para teorias clássicas do desenvolvimento humano, os fundamentos proeminentes para a compreensão da AC sobre desenvolvimento e contraposições às descrições da AC em manuais/livros texto sobre desenvolvimento humano. Ao final foram discutidos aspectos a respeito do que significa, enfim, adotar uma perspectiva comportamental sobre o desenvolvimento com o intuito de sensibilizar estudantes de psicologia e psicólogos sobre a importância dessa perspectiva para a compreensão dos fenômenos do desenvolvimento humano.

Diferenças na compreensão da AC sobre algumas variáveis relevantes para teorias do desenvolvimento humano

Um dos aspectos marcantes nas teorias do desenvolvimento humano é considerar variáveis como a idade e a maturação biológica enquanto marcos em uma sequência presumida de estágios, que explicam a elaboração ou a evolução

do comportamento até o estágio seguinte. Nessas abordagens que podemos considerar clássicas sobre o desenvolvimento, a tendência é procurar correlacionar intimamente o desenvolvimento de diferentes comportamentos com a idade ou com a maturação orgânica/neurobiológica, por vezes em sequências aparentemente invariantes – os estágios (Baer & Rosales-Ruiz, 1998; Gehm, 2013).

Pelaez, Gewirtz & Wong (2008) destacaram teorias bastante estudadas que propuseram estágios mais ou menos fixos e descontínuos pelo qual o desenvolvimento humano ocorreria, entre elas: o modelo psicossocial de Freud; o modelo psicossocial de Erikson; o modelo cognitivo de Piaget e a teoria do raciocínio moral de Kohlberg. Em resumo, cada uma dessas teorias enfatizou um fenômeno ou aspecto (sexual, psicossocial, cognitivo e moral, respectivamente), ocorrendo como um processo sequencial de progressão descontínua, caracterizando o desenvolvimento como o avanço nesses estágios ao longo do tempo, para o indivíduo atingir o crescimento (Pelaez et al., 2008).

Para a perspectiva da AC, no entanto, basear a compreensão do desenvolvimento na passagem de estágios pode incorrer em erros, conforme apontou Gehm (2013). A autora destacou ao menos três desses erros, de acordo com a visão da AC: 1. considerar o constructo hipotético (o estágio) a causa real da mudança; 2. considerar a presença ou ausência de determinado comportamento porque o indivíduo está em determinada fase, cuja constatação se dá justamente pela observação do padrão comportamental típico daquela fase (o chamado erro tautológico) e 3. considerar o estágio como resultante de processos mentais, que seria uma explicação mentalista para os comportamentos, rejeitada pela AC.

Segundo a compreensão de pesquisadores da AC os estágios servem como descrições de conjuntos de comportamentos, mas não como explicações por si mesmo dos processos de mudança. As explicações comportamentais se fixam em como se dá a interação do comportamento com seu ambiente e os processos são tão diversos quanto cada indivíduo difere entre si (Oliveira, Sousa & Gil, 2009; Pelaez et al., 2008; Schlinger, 1995).

A compreensão da interação do comportamento dos indivíduos com seu ambiente é um pressuposto central para a AC. A explicação do comportamento é funcional no sentido que implica em analisar a dinâmica interação entre variáveis antecedentes, respostas dos indivíduos e consequências do responder. Em suma, analisar comportamentos significa buscar descrever clara e funcionalmente processos e mecanismos que determinam as mudanças dos comportamentos. O princípio é dinâmico, porém determinista, uma vez que identificar eventos que estabelecem relações funcionais entre si são a base para uma abordagem eficiente para explicar o desenvolvimento do nosso repertório de comportamentos (Novak & Pelaez, 2004; Pelaez et al., 2008; Schlinger, 1995). Voltando aos estágios, as mudanças no repertório das crianças em cada idade em harmonia com a maturação biológica podem ser generalizadas, em certa medida, para organizar nossa compreensão sobre as diferenças de comportamento dos indivíduos ao longo de

uma escala de anos, porém isoladas são variáveis vazias para explicar o comportamento enquanto função (Pelaez et al., 2008).

Podemos supor que, embora teorias contemporâneas como a neuropsicologia e a psicologia evolucionista do desenvolvimento fortaleçam cada vez mais concepções dinâmicas, complexas e multideterminadas para a compreensão do desenvolvimento humano (uma perspectiva que defendemos para a AC), ainda permanece forte a influência da visão das abordagens tradicionais na Psicologia do desenvolvimento. Um exemplo disso, que trataremos neste capítulo, é o modo como os manuais sobre o desenvolvimento humano aventam algumas questões dentro do tema, colaborando para uma difusão errônea e simplista da compreensão do desenvolvimento.

Fundamentos relevantes para a compreensão da AC sobre desenvolvimento

Comportamento é interação

Skinner (1953), em uma de suas mais famosas colocações sobre o comportamento, disse:

Comportamento é um objeto de estudo difícil, não porque é inacessível, mas porque é extremamente complexo. Uma vez que é um processo, e não uma coisa, não pode facilmente ser imobilizado para observação. É mutável, fluido e evanescente e por esta razão coloca enormes exigências sobre a engenhosidade e energia do cientista. (p. 15)

Percebam que, para a AC, a dificuldade para a compreensão do comportamento está na sua complexidade. Ou seja, como considerou Skinner, na sua característica *mutável, fluida e evanescente*, e na sua característica intrinsecamente interativa e dinâmica. O comportamento, em evidência o operante, está na relação do sujeito produzindo efeitos no mundo, um processo continuamente em curso e não apenas presente quando estímulos são apresentados. Não à toa o autor, ao iniciar o livro *Verbal Behavior*, se referiu aos operantes com a frase “os homens agem sobre o mundo, modificam-no e, por sua vez, são modificados pelas consequências de sua ação” (Skinner, 1957, p.15). Essa perspectiva afasta qualquer concepção de homem passivo frente aos estímulos ambientais, é uma concepção fundamentalmente interacionista e histórica, na medida em que não podemos falar de respostas sem falar de estímulos contextuais, antecedentes e consequentes às respostas, ocorrendo nas contingências atuais e passadas da vida do indivíduo (Micheletto & Sérgio, 1993).

Assim sendo, afirmar que para a AC seu objeto de estudos é o comportamento é fazer referência a uma relação entre ações do homem e eventos do mundo físico e social com o qual ele interage ou a uma relação funcional entre respostas e estímulos, ao longo do tempo (Tourinho, 2006). Nas palavras do autor, “um analista do comportamento afirma

que essas ações e eventos são assumidos como constitutivos de relações apenas quando é possível especificar a função que desempenham em relação uns aos outros” (Tourinho, 2006, p.3).

Desse modo, o analista do comportamento compreende todo comportamento como funcional, complexo e multideterminado, recusando uma percepção simplista de ambiente – ambiente é toda parcela de eventos que adquire função para o comportamento, mesmo que parte deles esteja ocorrendo internamente ao organismo (Skinner, 1953). A grande conclusão que podemos abstrair em relação ao comportamento enquanto objeto de estudo parece óbvia, mas nem sempre é reconhecida: não há explicações ou soluções simplistas, por vezes milagrosas, para compreender e procurar intervir sobre um fenômeno tão complexo.

As concepções de comportamento e de desenvolvimento enquanto processo

Seguindo o entendimento de que o comportamento é um processo interativo, complexo e dinâmico, a compreensão do desenvolvimento do nosso repertório comportamental também despende grande “engenhosidade e energia do cientista” (Skinner, 1953, p.15). Nesse sentido, devemos rejeitar explicações reducionistas que limitem, por exemplo, questões sobre o desenvolvimento, tais como: determinado comportamento é de origem inata ou aprendida? Ou, tal comportamento é biológico ou foi adquirido?

O mito da dicotomia “natureza versus criação” ou “inato versus adquirido” deve ser superado, pois reforça uma concepção reducionista sobre as variáveis constituintes do desenvolvimento humano, como se fosse possível determinar uma parcela do nosso repertório que é inata, fruto da “natureza”, e outra que é aprendida, fruto da “criação”. Fundamental para a nossa compreensão de desenvolvimento, como é para nossa compreensão de comportamento, é o entendimento de que todos os processos comportamentais se dão a partir dos três níveis de seleção do comportamento. Vejamos esta afirmação de Skinner:

O comportamento humano é o produto conjunto de (i) contingências de sobrevivência responsáveis pela seleção natural das espécies e (ii) contingências de reforço responsáveis pelos repertórios adquiridos por seus membros, incluindo (iii) contingências especiais mantidas por ambiente social evoluído (Skinner, 1981, p. 502).

O behaviorismo radical e a AC têm como base explicativa de causalidade o modelo selecionista, segundo o qual a ação seletiva do ambiente atua sobre o comportamento de maneira indissociável em três níveis: na filogênese (ou na história da espécie), na ontogênese (na história individual, ao longo da vida) e no nível cultural (Chiesa, 2006; Skinner, 1981). Para Skinner, inclusive o conceito científico que pode ser considerado de maior relevância para a AC, o de operante, é concebido como parte de um longo processo de variação e seleção pelas consequências (Micheletto & Sério, 1993).

O debate infrutífero sobre “natureza versus criação” persiste em algumas proposições no estudo do desenvolvimento até a atualidade. Seguindo o argumento da necessidade de superação dessa falsa dicotomia, Moore (2016) publicou um trabalho no qual defendeu as possíveis aproximações entre a perspectiva da abordagem de sistemas de desenvolvimento, advinda da chamada Psicologia evolutiva do desenvolvimento, e a AC. O autor propôs que adotar a perspectiva dessas duas abordagens (sistemas de desenvolvimento e AC), implica necessariamente no abandono do ponto de vista convencional vigente durante grande parte do século XX, de que comportamentos podem ser classificados com raízes na filogenia (na biologia da espécie) ou na ontogenia (na história de aprendizagem individual). Além disso, outro ponto de convergência entre as perspectivas é que a plena compreensão de uma característica, ou comportamento, requer uma análise histórica de seu surgimento, um entendimento essencial para a concepção histórica implicada na definição de operante, segundo a qual as consequências do comportamento em um determinado momento afetam sua probabilidade de ocorrência futura (Moore, 2016; Skinner, 1981).

O entendimento do processo de desenvolvimento, assim como o conceito de operante, implica necessariamente a sua compreensão histórica e evolutiva. Bettio e Laurenti (2016) colocaram que, para Skinner, o processo de desenvolvimento se vincula ao conceito de evolução, sendo contingente e probabilístico, e não possuindo um propósito definido *a priori* (tal qual o conceito de operante). Assim, tanto comportamento como desenvolvimento são processos probabilísticos e previsíveis, na medida em que é possível identificar seus determinantes na interação indivíduo e ambiente. A determinação mútua entre os sujeitos e ambiente, se comportando e se desenvolvendo, se relaciona com uma caracterização de desenvolvimento como um processo contínuo, em que há a ênfase para o caráter molar e cumulativo do comportamento. Na AC, um dos conceitos mais conhecidos pelo qual se investiga o papel que aprendizagens prévias podem ter em aprendizagens subsequentes de forma cumulativa e hierárquica se denomina *cumulative-hierarchical learning* (Hixson, 2004; Jiménez, 2017).

Para uma revisão deste e de outros conceitos relevantes da AC para o estudo do desenvolvimento, que não serão abordados em detalhes aqui, recomenda-se o trabalho de Jiménez (2017). A autora objetivou, nessa revisão dos conceitos, avaliar o estado da arte de cada um deles, considerando suas definições, comparações e controvérsias. Os conceitos selecionados foram: *behavioral traps* (“armadilhas” comportamentais); *behavioral cusps* (“ápices” comportamentais), *cumulative-hierarchical learning* (aprendizagem hierárquica e cumulativa) e *pivotal behaviors* (comportamentos “chave”). Aprendizagem hierárquica e cumulativa volta-se, segundo ela, especificamente para os efeitos cumulativos do fenômeno comportamental, enquanto os demais conceitos (*behavioral traps*, *pivotal behaviors* e *behavioral cusps*) parecem voltar-se para aspectos mais pontuais da gama

de aprendizagens ocorridas na ontogênese, o que caracteriza um recorte mais molecular (Catania, 1998; Jiménez, 2017).

A aproximação entre a concepção dos processos comportamentais e de desenvolvimento em consonância com o caráter complexo e multideterminado desses fenômenos não nos permite fazer análises parciais sobre aspectos separados do desenvolvimento. Sabemos, por exemplo, que a maturação cerebral tem uma função relevante para propiciar o desenvolvimento da linguagem. Reconhecer o papel da filogênese ou da biologia do nosso cérebro, entretanto, não pode servir como argumento para descartarmos uma análise comportamental do mesmo fenômeno, neste caso a linguagem, simplesmente pelo fato de que a determinação filogenética não é algo que exclui a possibilidade de construção ontogenética (e nem cultural) do mesmo repertório de comportamentos (Gehm, 2013).

Podemos pensar especificamente sobre esta indissociável relação entre filogênese e ontogênese para exemplificarmos a complexidade da concepção de comportamento e, também, de desenvolvimento. Para tanto, olharmos para o desenvolvimento de bebês recém nascidos parece pertinente. De acordo com Moore (2016), embora estudos sobre capacidades dos recém nascidos sejam úteis por procurarem identificar comportamentos não aprendidos, ou incondicionados, o fato é que hoje sabemos que as experiências pré natais dos fetos influenciam em seus comportamentos após o nascimento. Nesse sentido, Gehm (2013) apresentou alguns estudos que demonstraram exatamente como as sensibilidades biológicas dos organismos são construídas na interação com o ambiente pré natal. Nas palavras da autora “não há fenômeno comportamental que não seja biológico” (p. 51, 52). Esta visão implica que todos os fenômenos comportamentais são, em sua natureza, filo e ontogenéticos (e culturais, no caso humano), cabendo o recorte de análise e estudo às diferentes áreas de conhecimento.

Skinner (1981), ao apresentar os três níveis de seleção, defendeu que a psicologia, ou a AC, deveria se ater ao estudo do segundo nível de seleção (o que se ocupa do condicionamento operante), enquanto a biologia e a antropologia deveriam se ater aos outros dois níveis, o primeiro - filogenético - e o terceiro - cultural, respectivamente. O objetivo desse recorte com foco na ontogênese se deve à insistência de Skinner na importância do papel da psicologia em elucidar os mecanismos pelos quais fatores próximos ou seja, possíveis de serem observados no curso de uma vida, dão origem a comportamentos em tempo real. Nesse mesmo sentido, Tourinho e Carvalho Neto (2004) afirmaram que a AC seria uma abordagem do desenvolvimento que incentiva investigações sobre a procura das causas históricas próximas de comportamentos (ou seja, na ontogênese), em vez de simplesmente declarar que comportamentos sem causas experimentais óbvias são herdados ou de alguma forma moldados por contingências filogenéticas.

Contraposições às descrições da AC em manuais sobre desenvolvimento humano

É comum em uma visão do senso comum sobre a AC que sejam difundidas concepções errôneas sobre como a abordagem compreende o desenvolvimento humano.

Considera-se, por exemplo, que se trata de uma abordagem mecanicista, que estuda somente os comportamentos observáveis, ou que o bebê quando nasce é uma “tábula rasa” onde são inscritas as suas experiências. Em geral, a AC é apresentada nos manuais ou livros texto, por autores que enfatizam a existência de estágios, como uma teoria externalista da aprendizagem (Pelaez et al., 2008). O sentido de externalista aqui é de atribuir ao ambiente o papel de variável determinante unilateral para a aprendizagem, o indivíduo como passivo recebendo essa influência, concepção que difere de maneira fundamental da perspectiva analítico comportamental.

Para ilustrar essa propagação de concepções errôneas a cerca visão da AC sobre o desenvolvimento foram levantados e contrapostos alguns problemas presentes em três dos manuais de Psicologia do Desenvolvimento bastante utilizados em cursos de graduação em Psicologia. Vale ressaltar que os manuais ou livros texto sobre desenvolvimento escolhidos como exemplo também são largamente difundidos na formação de profissionais de áreas afins da Psicologia. Foram selecionados três manuais (Bee, 2011; Cole & Cole, 2001; Papalia & Feldman, 2013) uma vez que o objetivo aqui foi somente apresentar alguns exemplos e não realizar uma revisão da literatura. A Tabela 1 foi organizada de modo a apresentar o tipo de descrição, as citações diretas dos manuais e a breve contraposição crítica da AC acerca do problema identificado.

Tabela 1- Tipo de descrição, citações retiradas dos manuais de desenvolvimento e breves contraposições a partir da perspectiva da AC.

Tipo de descrição	Citações diretas	Contraposição da AC
Visão mecanista de homem	"(para o behaviorismo) ...as pessoas são reativas, o ambiente controla o comportamento" (Papalia & Feldman, 2013, p.60)	Para a AC as pessoas não são reativas ou passivas ao ambiente que as controla, o que caracteriza a abordagem como mecanista.
Comportamento definido como somente o que é observável	"o behaviorismo é uma teoria mecanicista que descreve o comportamento observado como uma resposta previsível à experiência" (Papalia & Feldman, 2013, p.63)	O comportamento é explicado enquanto função (e não se restringe ao que é observável), o que implica na análise da interação entre indivíduos e seu ambiente, entre variáveis antecedentes, respostas dos indivíduos e consequências. A AC busca descrever processos e mecanismos de interação entre essas variáveis, que determinam as mudanças de comportamento ao longo do tempo.
Desconsideração de fatores cognitivos, emocionais e sociais	"Os seres humanos não são passivos como Skinner afirmava; a teoria ignora fatores hereditários e cognitivos, bem como emocionais e sociais no desenvolvimento" (Bee, 2011, p.60)	Os processos interativos entre variáveis antecedentes, respostas e consequências, embora se foquem em eventos da relação entre indivíduo e seu ambiente físico e social (que engloba fatores emocionais e sociais), não ignora a existência de fatores hereditários e biológicos como parte influente na determinação dos comportamentos.
Perspectiva externalista/ambientalista	"As teorias que recaem na perspectiva da aprendizagem (como a de Skinner) não negam que os fatores biológicos proporcionam uma base para o desenvolvimento, mas declaram que as principais causas da mudança desenvolvimental são exógenas, ou seja, que elas provêm do ambiente, particularmente dos adultos (que moldam o comportamento e as crenças das crianças) através de recompensas e punições (Cole & Cole, 2001, p. 57). ...segundo Skinner o ambiente molda o comportamento como o escultor molda um pedaço de argila (p. 58)	Aqui AC é vista como uma teoria que não nega a existência de fatores biológicos porém que enfatiza os fatores exógenos ou ambientais (no sentido de externos ao organismo). O erro recai também sobre a visão de que a determinação do ambiente se sobressai e que não há interação. O conceito de operante, no entanto, pressupõe interação uma vez que há retroalimentação constante dos efeitos do ambiente sobre o comportamento e vice-versa.

O que significa adotar a perspectiva da Análise do Comportamento para compreender o desenvolvimento?

Considerando os fundamentos apresentados até aqui, dito de forma ampla, adotar a perspectiva da AC para compreender o desenvolvimento significa considerar que todo nosso repertório comportamental é constituído na nossa relação com o ambiente, ao longo do tempo. Nessa perspectiva, a Psicologia, incluindo a compreensão sobre desenvolvimento humano, claro, estuda interações de organismos, vistos como um todo, e seu ambiente (Todorov, 2007). O homem é visto como parte da natureza e as

pessoas são definidas como seus comportamentos, sejam eles comportamentos ocorrendo dentro ou fora do indivíduo (Chiesa, 2006). Os eventos antecedentes, as respostas e as consequências do comportamento, em constante interação, possuem a mesma natureza e têm, potencialmente, igual peso no curso do desenvolvimento.

Adotar a perspectiva da AC significa olharmos para o indivíduo em desenvolvimento em todos os seus aspectos e em constante mudança, na interação fluida e ininterrupta com o seu ambiente, físico e social. Procurou-se explicitar especialmente a constante mudança da interação entre indivíduo e seu ambiente, que é, no seu cerne, a concepção de comportamento e também de desenvolvimento para a AC e o falso “peso” diferente que os eventos biológicos e de aprendizagem supostamente assumem. A AC aborda o processo do desenvolvimento de maneira ampla e respeitando seus princípios básicos, procurando explicar como se dão as interações da criança com seu ambiente físico e social desde o momento do seu nascimento, considerando, também, o seu aparato biológico, que tem generalidades e especificidades (Bijou, 1995; Rosales-Ruiz & Baer, 1997; Schlinger, 1995; Vasconcelos, Naves & Ávila, 2010).

Matos (1983), destacou a importância das contingências em interação, para compreendermos o desenvolvimento:

Um completo entendimento dos processos de desenvolvimento infantil só se dará com uma abordagem ecológica desse processo. Não é suficiente dizer que o mecanismo de mudança comportamental pode ser explicado, ou é descrito, pela ocorrência de eventos reforçadores. Além da descrição de porque uma criança faz ou deixa de fazer algo (...) é necessária também a descrição das circunstâncias em que ela faz esse “algo” e do próprio “algo que faz”. Não é suficiente dizermos que a mãe da “feedback às verbalizações da criança”; as próprias características da linguagem materna, como condições e modelos determinantes da linguagem infantil, precisam ser analisadas. (p.12)

Assim, o desenvolvimento ocorre a partir das mudanças nas interações interdependentes e contínuas entre um indivíduo ativo e o ambiente, sendo este último constituído por diferentes condições de estimulação que adquirem uma função para o comportamento (Bijou, 1995; Rosales-Ruiz & Baer, 1997; Schlinger, 1995). Desta interação derivam influências bidirecionais entre o comportamento do indivíduo e o ambiente físico e social, o princípio básico essencial para abrangência do conceito de operante (Skinner, 1981; Vasconcelos et al., 2010).

Os pressupostos apresentados afastam a AC do modelo mecanicista de causalidade e da busca de explicações para o desenvolvimento de processos estáveis que estariam subordinados a variáveis como idade ou maturação biológica. Pelo contrário, os pressupostos comportamentais se atrelam à concepção de que há uma indissociabilidade dos vários níveis de interação organismo e ambiente, como considerou Todorov (2007). A compreensão de que a causalidade dos comportamentos é explicada via seleção pelas consequências é a essência da compreensão da noção de função e da interdependência

dos conceitos de resposta e estímulos, de comportamento e ambiente, de desenvolvimento e contexto.

Gehm (2013) concluiu seu trabalho com algumas questões bastante pertinentes ao estudo do desenvolvimento pela AC e, para finalizar, será colocada em destaque aqui uma delas. Uma das questões colocadas pela autora que poderia nortear os estudos do desenvolvimento humano pela AC foi investigar como um organismo se torna sensível às leis fundamentais do comportamento (incluindo o estudo desde antes do nascimento, no período pré natal) e como/se essa sensibilidade se altera ao longo da vida. Segundo Gehm (2013), os estudos sobre desenvolvimento na perspectiva comportamental se dedicaram à compreensão da aquisição de comportamentos e pouco se sabe como o organismo se torna sensível aos processos comportamentais mais amplos e eventos incondicionados. Assim, o investimento em pesquisas com estes objetivos e o aprimoramento de arcabouço conceitual que suporte tal conhecimento nos daria base para a compreensão acurada de como os fundamentos que alicerçam a AC se aplicam de forma específica ao desenvolvimento de nosso repertório complexo, ao longo do tempo. Seria possível, então, generalizar alguns padrões de mudança das contingências ao longo da vida e investigar quais as mudanças decorrentes nos processos de sensibilidade comportamentais subjacentes, como a alteração no controle de estímulos, por exemplo.

Conclusão

O objetivo principal deste capítulo foi reunir e apresentar de maneira concisa fundamentos que embasam a perspectiva da Análise do Comportamento (AC) que são relevantes para a compreensão do desenvolvimento humano. Foram apontadas características diferentes entre alguns aspectos relevantes para as compreensões clássicas do desenvolvimento e alguns equívocos na forma como se expõe a AC em alguns manuais tradicionais sobre desenvolvimento. Os fundamentos apresentados envolveram especialmente a conceituação de comportamento enquanto interação e a multideterminação dos comportamentos nos três níveis de seleção, que culminam em olharmos para o indivíduo em desenvolvimento em constante mudança, na interação fluida e ininterrupta com o seu ambiente, físico e social.

Por fim, devemos ponderar que a evolução dos estudos na Análise do Comportamento com foco no desenvolvimento pode propiciar o avanço na descrição das contingências em interação enquanto os indivíduos crescem e essa descrição não pode ser estática: precisamos compreender o modo dinâmico e ininterrupto pelo qual nosso repertório de comportamentos se torna sensível às mudanças que o ambiente nos propõe, ou impõe. É essencial, portanto, que as investigações específicas da abordagem para o desenvolvimento caminhem, cada vez mais, para a descrição detalhada de como ocorre a mudança de sensibilidade às variáveis ambientais, ao longo do tempo.

Referências

- Baer, D. M., & Rosales-Ruiz, J. (1998). In the analysis of behavior, what does “development” mean? *Mexican Journal of Behavior Analysis*, 24, 127-136. doi:10.1007/978-1-4757-4590-0_18
- Bee, H. (2011). *A criança em desenvolvimento*. 12^a. ed. Porto Alegre: Artmed.
- Bettio, C. D. B., & Laurenti, C. (2016). Contribuições de B. F. Skinner para o estudo do desenvolvimento humano. *Acta Comportamental*, 24 (1), 95-108.
- Bijou S.W., & Baer D. (1978). *Behavior analysis of child development*. Englewood Cliffs. New Jersey: Prentice Hall.
- Bijou, S. W. (1995). *Behavior analysis of child development*. 2^a. ed. Reno: Context Press.
- Catania, A. C. (1998). *Aprendizagem: Comportamento, linguagem e cognição*. 4^a ed. Porto Alegre: Artmed.
- Chiesa. M. (2006). *Behaviorismo radical: a filosofia e a ciência*. Brasília: Editora Cealeiro.
- Cole, M., & Cole, S. (2001). *O Desenvolvimento da criança e do adolescente*. (M. Lopes, Trad.). Porto Alegre: Artmed.
- Gehm, T. P. (2013). Reflexões sobre o estudo do desenvolvimento na perspectiva da análise do comportamento (Dissertação de mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Hixson, M. D. (2004). Behavioral cusps, basic behavioral repertoires, and cumulative-hierarchical learning. *The Psychological Record*, 54(3), 387. doi: 10.1007/BF03395481
- Jiménez, E. L. O. (2017). Revisão integrativa sobre conceitos analítico-comportamentais relacionados ao desenvolvimento (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Pará, Belém.
- Matos, M. A. (1983). A medida do ambiente de desenvolvimento infantil. *Psicologia*, 9, 5-18.
- Micheletto, N., & Sério, T. M. A. P. (1993). Homem: objeto ou sujeito para Skinner? *Temas em Psicologia*, 2, 11-21.
- Moore, D. S. (2016). The developmental systems approach and the analysis of behavior. *The Behavior Analyst*, 39(2), 243-258. doi: 10.1007/s40614-016-0068-3.
- Novak, G., & Pelaez, M. (2004). *Child and adolescent development: a behavioral systems approach*. London: Sage publications.
- Oliveira, T. P.; Sousa, N. M.; & Gil, M. S. C. A. (2009). “Behavioral cusps” - uma visão comportamental do desenvolvimento. In: Wielenska, R. C. (Org.). *Sobre Comportamento e Cognição - desafios, soluções e questionamentos*. 1ed. Santo André: Esetec. v. 24, p. 387-396
- Papalia, D. E., & Feldman, R. D. (2013). *Desenvolvimento humano*. 12. ed. Porto Alegre: Artmed.
- Pelaez, M., Gewirtz, J. L., & Wong, S. E. (2008). A critique of stage theories of human development. In: B. A. Thyer, K. M. Sowers, & C. N. Dulmus (Orgs). *Comprehensive handbook of social work and social welfare: Human behavior in the social environment*. Canadá: John Wiley & Sons, 503-518.

Rosales-Ruiz, J., & Baer, D. M. (1997). Behavioral cusps: a developmental and pragmatic concept for behavior analysis. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 30(3), 533-544. doi:10.1901/jaba.1997.30-533

Todorov, J. C. (2007). A psicologia como o estudo de interações. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, (23), 57-61. doi:10.1590/s0102-37722007000500011

Tourinho, E. Z., & Carvalho Neto, M. B. (2004). O conceito de estado inicial na explicação do comportamento humano: considerações de uma perspectiva analítico comportamental. Em: M. L. Seidl-de-Moura (Org). *O bebê do século XXI e a psicologia em desenvolvimento*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 122-148.

Tourinho, E. Z. (2006). Relações comportamentais como objeto da psicologia: algumas implicações. *Interação em Psicologia*, 10 (1), 1-8.

Schlinger, H. D. (1995). *A behavior analytic view of child development*. New York: Plenum Press.

Skinner, B. F. (1953). *Ciência e Comportamento Humano*. Brasília: Ed. UnB/ FUNBEC. Skinner, B. F. (1981). Selection by Consequences. *Science*, 213, 501-504.

Vasconcelos, L. A., Naves, A, R. C. X., & Ávila, R. R. (2010). Abordagem analítico-comportamental do desenvolvimento. Em: Tourinho, E. Z., & Luna, S. V. de. *Análise do comportamento: Investigações Históricas, Conceituais e Aplicadas*. São Paulo: Roca.